

	<p align="center">PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM) DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO) DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL) SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS COM ATRIBUIÇÃO AFETA À PROMOÇÃO DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (SEGEM)</p>	
Data: 02.10.2024	Horário: 15h	Local: On-line (Microsoft TEAMS)
PAUTA: Articulação Seminário 29.11.2024		ATA DE REUNIÃO Nº 48/2024

Presentes na reunião:

1. Desembargadora Adriana Ramos de Mello (**Coordenadora da COEM**);
2. Diplomata Irene Vida Gala (**Presidente da Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras**);
3. Sra. Jacqueline Leite Vianna Campos (**Secretária-Geral de Administração - SGADM**);
4. Sthefany Ferreira Lira (**Secretária do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero - EMERJ**);
5. Ionara Carvalho (**SGADM-DEACO-DICOL-SEGEM**);
6. Marcia Valéria Vicente Guinancio (**SGADM-DEACO-DICOL-SEGEM**).

A **Desembargadora Adriana Ramos de Mello, Coordenadora da COEM**, abre os trabalhos às 15h10 e agradece a participação de todas na presente reunião, cujo objetivo é articular a organização de um seminário no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), a realizar-se no dia 29 de novembro do presente.

Prosseguindo, discorre sobre a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM) do TJRJ, ressaltando que essa coordenadoria congrega vários juízes e juízas e uma equipe que dá suporte e apoio técnico para a realização de convênios e outras tratativas; e que este Tribunal ainda conta com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), onde há o Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, para discutir as questões relativas a gênero.

Continuando, a **Desembargadora Adriana Mello (COEM)** relata também sobre a sua atuação pela Escola Judicial, cujo objetivo é formar os(as) juízes(as) novos(as) e que a Coordenadoria realiza uma interlocução com a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, realiza eventos e seminários, conjugando, geralmente, a rede local e a rede nacional.

Em seguida, faz menção à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), onde é professora do mestrado, ministrando a disciplina ética e igualdade para os juízes de todo o Brasil e liderando um grupo de pesquisa em gênero, direitos humanos e acesso à justiça.

Após essas considerações, a **Desa. Adriana Mello (COEM)** narra que o evento do dia 29 de novembro do presente será promovido pela EMERJ, com o apoio do TJRJ, através da COEM, e da ENFAM.

Explica que, com tal evento, pretende trazer para a discussão a participação das mulheres no Poder Judiciário e, por isso, gostaria de congrega juízas e juizes de outros países, sobretudo da América do Sul.

Dando continuidade à pauta, sinaliza que conseguiu contato com a professora Isabel Jaramillo, da Colômbia, com quem tem uma interlocução acadêmica muito forte, e obteve a indicação de uma magistrada colombiana que teria, também, disponibilidade para vir. Além de outras duas magistradas (Bolívia e Argentina) com a mesma disponibilidade. Sinaliza que ainda não conseguiu contato com nenhuma magistrada do Paraguai, nem do Chile. Por fim, discorre que o intuito é unir as magistraturas, visto que a pauta de gênero é de todos(as) nós.

Nesse sentido, a **Desa. Adriana Mello (COEM)** solicita à **Diplomata Irene Vida Gala (Presidente da Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras)** sugestões e indicações para o referido evento, a realizar-se no dia 29 de novembro do presente, considerando a sua vasta expertise e articulação com as Embaixadas.

A **Diplomata Irene Vida Gala** esclarece que poderá haver constrangimento, caso o evento seja denominado “Encontro de Magistradas do Mercosul”, sendo convidada uma magistrada da Colômbia, e nenhuma do Peru, por exemplo. Então, sugere a alteração no título/tipo de evento.

Em seguida, sugere que as magistradas de outros países sejam convidadas para conhecerem o processo brasileiro, havendo o compartilhamento de uma mesa para que elas possam discorrer sobre as suas experiências. Logo, poderá ser o primeiro evento do Judiciário brasileiro, estendendo o convite a algumas magistradas do Mercosul para a tentativa de formação de uma rede na América do Sul.

Enfatiza que, mediante curto período para a organização, o importante seria assegurar a presença de uma magistrada de cada lugar e que possa, de preferência, estar vinculada, inclusive, a eventuais movimentos de mulheres no Judiciário.

A **Desa. Adriana Mello (COEM)** expõe que as magistradas da Colômbia, da Bolívia e da Argentina estão vinculadas a algum movimento e que foram convidadas, justamente, por conta disso. Em relação ao Peru, ainda, teria que tentar alguém.

A **Diplomata** se propõe a fazer contato, por intermédio das nossas Embaixadas nos países da América do Sul, para que possam identificar a eventual existência de algum grupo de juízas e, caso haja, qual seria a liderança. E, identificando-se os países que têm representação de mulheres, esses receberiam o convite. Já aqueles que não tiverem sido identificados, ficariam para um próximo evento, conforme sugere a **Dra. Irene**.

Prosseguindo, registra que no convite poderia contemplar a presença de uma magistrada de 1ª instância e que fosse participante de um movimento de mulheres, sendo endereçado para a pessoa que se apresenta como líder desse movimento e relatando que é fundamental a sua presença no evento; podendo reportar como está o estado da luta ou o estado dos avanços realizados em seu país. Sinaliza que seria interessante também enviar uma cópia para o(a) Presidente(a) da Corte tomar ciência.

Na sequência, indaga se o convite será feito garantindo as despesas das viagens pagas e se será convidada uma magistrada de cada país.

Após debates, a **Desa. Adriana Mello (COEM)** manifesta sua gratidão diante das sugestões dadas pela Diplomata, mas que está preocupada com o tempo. Logo, após refletir sobre a realização de um evento com esta envergadura, envolvendo todas as embaixadas, e com o pouco tempo disponível, conclui ser melhor realizá-lo em março do ano de 2025, conforme sugestão da Dra. Irene, que propôs para novembro do presente ano, um evento menor, servindo de preparação para o maior, em 2025.

A **Diplomata Irene Vida Gala** sugere que para o primeiro encontro, a Desa. Adriana Mello poderá convidar as três magistradas que ela já possui o contato estabelecido, como se fosse um “aquecimento” para o próximo, em março do ano que vem.

A **Desa. Adriana Mello (COEM)** sugere uma aproximação com o Consulado do Uruguai e com o da Argentina por conta do evento que ocorrerá no mês de novembro/2024.

Enfatiza que o objetivo maior é a aproximação do Poder Judiciário com as magistradas da América do Sul. O evento a ser realizado, no presente ano, terá como focos o gênero e o intercâmbio de experiências, mas não será considerado um encontro de magistradas. Será um seminário sobre a temática de gênero no Poder Judiciário. Mudanças climáticas, protocolo para julgamento com perspectiva de gênero e cooperação judiciária entre os Tribunais serão alguns dos assuntos abordados. Portanto, trata-se de um evento acadêmico sem o cunho de encontro, conforme enfatiza a Desa. Adriana.

Em relação ao seminário, a **Diplomata** salienta que poderão ser feitas duas mesas: mesas temáticas, específicas, onde, primeiramente, contemplariam as magistradas estrangeiras discorrendo sobre gênero no seu Parlamento, no seu Sistema Judiciário e no seu Sistema Legal e, depois, em outra mesa, abordando os movimentos de mulheres no Judiciário.

Continuando, acerca do evento sugerido para março do próximo ano, sugere que o título seja *“I Encontro de Magistradas do Brasil”* e, conforme a evolução deste processo, seja feita uma adequação para *“I Encontro Internacional de Magistradas do Brasil”*.

Para o evento do mês de novembro/2024, a **Desa. Adriana Mello (COEM)** sinaliza que tentará uma aproximação com os Consulados do Uruguai e da Argentina, localizados no Rio de Janeiro.

A **Diplomata Irene** sugestiona para que os grupos de pesquisa da ENFAM realizem uma busca acerca dos movimentos de mulheres nos países da América do Sul, objetivando angariar informações para que não haja a desqualificação por parte do interlocutor estrangeiro; e criando, dessa forma, um diálogo mais afetuoso, com uma maior proximidade e boa vontade.

Dando continuidade, dentro do escopo pensado para o evento de março/2025, aponta a importância da participação do México, por ser, absolutamente, mandatário no espaço de língua espanhola e por ser o único país que, constitucionalmente, determinou a implantação da paridade de gênero em todas as instâncias, em todos os níveis de administração e em todos os poderes. Portanto, sugere para que esse evento envolva a América do Sul e o México, por ser paradigmático.

A **Desembargadora Adriana Mello (COEM)** relata que tem interlocução com o México, devido à proximidade com a Dra. Nadine Gasman, que foi representante da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, enfatiza que o protocolo de gênero brasileiro se inspirou no protocolo mexicano, sugestionando uma mesa com essa troca de experiências.

Para finalizar, após debates, sintetiza que o evento de novembro/2024 será um seminário acadêmico do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero (EMERJ), em parceria com a ENFAM, com o Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia (NUPEGRE) e com a COEM. Terão algumas convidadas estrangeiras para iniciar um debate e uma aproximação para o evento de março/2025 (encontro da magistratura brasileira com caráter internacional), abordando os seguintes eixos: cooperação judiciária, mudanças climáticas e gênero e participação feminina no Poder Judiciário (questão da paridade de gênero).

A **Diplomata Irene Vida Gala** agradece a oportunidade de trocar ideias com as participantes e coloca-se à disposição, viabilizando os seus contatos para a equipe de assessoramento da COEM.

Posto isso, nada mais a ser tratado, a **Desembargadora Adriana Mello** agradece a presença de todas e encerra a reunião às 16h40.

Desembargadora Adriana Ramos de Mello
Coordenadora da COEM